

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.605 - CE (2020/0046530-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS  
AUTOMOTORES LTDA  
**ADVOGADOS** : RENATO JOSÉ CURY - SP154351  
CAROLINE LERNER CASTRO - SP330973  
VICTOR SOUSA GOMEZ DE SEGURA - SP424854  
**RECORRIDO** : MARCOS LUIZ PINHEIRO  
**ADVOGADO** : Joana Sara Coelho de Moraes - CE036688

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 51, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA NA ORIGEM. AFRONTA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE NÃO ELIDIDA POR OUTROS FUNDAMENTOS. GRATUIDADE JUDICIAL CONCEDIDA.

1. O artigo 98 do Código Processual Civil dispõe que "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei."
2. A simples declaração firmada pela parte, de que não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento de sua família, é suficiente para a obtenção do benefício.
3. Agravo de instrumento conhecido e provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 90/97, e-STJ).

Em suas razões, a parte recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 98, *caput* e 99, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015.

Pede, em síntese, o afastamento dos benefícios da justiça gratuita concedidos à parte recorrida. Sustenta que a mera afirmação acerca da hipossuficiência não basta para que tal benesse seja deferida.

Alega que o autor é proprietário de um automóvel que é avaliado em mais de noventa mil reais; é assistido por advogado particular e, ainda, pleiteia elevada quantia de indenização por danos materiais e morais. Argumenta que essas situações são incompatíveis com quem busca a justiça gratuita.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 358/359, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu que a parte recorrida fazia jus à concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Reproduzo, a seguir, os fundamentos adotados pelo colegiado (fls. 53/57, e-STJ):

Consoante fosse relatado, cuida-se de agravo de instrumento interposto por Marcos Luiz Pinheiro, em face de decisão exarada pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, na qual não lhes foi concedido o benefício da atividade judiciária gratuita, nos autos de ação de indenização por danos materiais e morais, processo nº 0004684-51.2018.8.06.0112, cujo Agravante é requerente.

O artigo 98 do Código Processual Civil dispõe que "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei."

E mais, ao juiz, é imposto o poder/dever de indeferir a mencionada benesse apenas se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, devendo, antes de decidir de modo negativo, oportunizar ao requerente tempo hábil para comprovar o preenchimento dos pressupostos exigidos (art. 99, § 2º).

É dizer:

Por não se tratar de direito absoluto, porquanto a declaração de pobreza implica simples presunção jûris tantum, pode o magistrado, se tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra

no estado de miserabilidade declarado, exigir-lhe que faça prova de sua situação.

Na casuística, o douto magistrado, data vertia, não traz aos autos, razões suficientes capazes de elidir a presunção a que se percebe em favor daquele que pugna pelas benesses da gratuidade judiciária, pois, fundamenta sua decisão em dois pontos, um deles, foste pelo fato de que o agravante é proprietário de um veículo automotor de valor considerável, sem indicar qual o veículo, e, muito menos sem analisar as circunstâncias reais do agravante.

O outro ponto, fundamenta-se, o douto juízo de piso, sobre o patrocínio de advogado privado, a qual relata que não se insere, *a priori*, em situação socioeconômica compatível com os ditames da gratuidade judiciária.

Passo à análise:

O fato do agravante estar assistido por advogado particular não se constitui em obstáculo à obtenção da gratuidade de justiça para fins de dispensa do pagamento de custas. O CPC/2015 e a Lei nº 7.115/83 autorizam a concessão do benefício à parte que afirma não poder arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, ou mediante requerimento firmado por seu procurador, na inicial ou na peça recursal.

Outrossim, pelo que se vislumbra dos documentos anexados ao recurso, existe o referido pleito de concessão da gratuidade judiciária na petição inicial, fls. , bem como declarações de hipossuficiência anexada (fls. 10), sendo temerário e contrário ao bom Direito, portanto, indeferir a concessão do benefício.

Conforme extrai da redação do artigo 4º da Lei n. 1.060/50, que "a parte gozará dos benefícios de assistência judiciária, mediante a simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família".

Destarte, entende-se, que a própria parte quem deve afirma, na petição inicial, sua real necessidade para obtenção do benefício.

Conclui-se, portanto, que se infere dos artigos acima mencionados, a simples declaração firmada pela parte, de que não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento de sua família, é suficiente para a obtenção do benefício. Vejamos os entendimentos jurisprudenciais do Egrégio Superior Tribunal de Justiça - STJ e de tribunais pátrios, *in verbis*:

(...)

Desta feita, a concessão da gratuidade judiciária é medida que se

impõe.

A revisão dessas premissas, a fim de se concluir pelo indeferimento da justiça gratuita, como pretendido pela parte recorrente, exigiria o reexame da matéria fática, procedimento vedado em recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PEDIDO FORMULADO EM PETIÇÃO RECURSAL. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE EFEITO RETROATIVO. HIPOSSUFICIÊNCIA. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. O STJ orienta-se no sentido de que o benefício da justiça gratuita, consonante o artigo 99 do CPC/2015, pode ser formulado na própria petição inicial, na contestação, na petição de ingresso de terceiro no processo ou em recurso, exigindo-se, contudo, requerimento expresso da parte interessada, sendo vedado sua concessão de ofício.

2. Ressalta-se que, embora a parte interessada possa, a qualquer tempo, formular pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, eventual deferimento pelo Juiz ou Tribunal somente produzirá efeitos quanto aos atos processuais relacionados ao momento do pedido ou aos posteriores a ele, não sendo admitida, portanto, sua retroatividade.

3. Por fim, saliente que o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento de que rever decisão do Tribunal de origem que defere pedido de revisão do benefício à justiça gratuita implica reexaminar questões fáticas e probatórias, o que é expressamente vedado pela Súmula 7 do STJ.

4. Agravo conhecido para negar provimento ao Recurso Especial (AREsp 1516810/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/9/2019, DJe 11/10/2019)

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO BENEFÍCIO. REVISÃO DA CONCLUSÃO ALCANÇADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. De acordo com entendimento do STJ, a declaração de pobreza,

com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado." (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado do TRF 1ª Região), Quarta Turma, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008).

3. No tocante à pessoa jurídica, cabe ainda consignar que, de acordo com o entendimento cristalizado na Súmula 481/STF: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

4. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo, no sentido de indeferir a benesse pretendida, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Revê-la importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal pelo teor da Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1333158/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/2/2019, DJe 26/2/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. SITUAÇÃO ECONÔMICA VERIFICADA NA ORIGEM. REVISÃO. EXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, decidiu que o recorrente possui meios de prover as custas do processo.

2. Aferir a condição de hipossuficiência do recorrente para fins de aplicação da Lei Federal 1.060/50 demanda o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a este Tribunal, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

3. A Corte Especial já pacificou jurisprudência no sentido de que o julgador pode indeferir o benefício da assistência judiciária gratuita, diante das evidências constantes no processo. Incidência da Súmula 83/STJ.

4. Demais disso, a jurisprudência firmou entendimento no sentido de que a simples declaração de pobreza, firmada pelo requerente do

# *Superior Tribunal de Justiça*

pedido de assistência judiciária gratuita, é relativa, devendo ser comprovada pela parte a real necessidade de concessão do benefício. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 769.514/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 2/2/2016)

Cumpre registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora